



Presado Sr.  
Juvenil Alves Ferreira Filho

Assunto: Resposta a manifestação ao Ato Convocatório 009/2013

Presado Senhor,

Em atendimento a manifestação ao Ato Convocatório nº 009/2013 encaminhado via e-mail, passamos analisar:

- A) Quando afirma, que o edital exige DOUTORADO, MESTRADO ESPECIALIZAÇÃO de profissionais, a Comissão esclarece, que as exigências são para critério de pontos, conforme observa o Anexo II.
- B) Quando afirma, que o Edital precisa e deve esclarecer detalhadamente qual a especialidade deverá ter o candidato, a Comissão esclarece, que, conforme Anexo II, claramente informa a especialidade de cada profissional.
- C) Quando afirma, para evitar que as empresas venham a apresentar currículo dos doutores que talvez não venham a executar o trabalho, o Edital deverá fazer constar documento em que esses profissionais se comprometem a executar o trabalho, nesse sentido informa a Comissão que a referida imposição é derivada da própria legislação (art. 30, §10 da Lei 8.666/93) e que será observada quando da análise da documentação, em momento posterior.
- D) Quando afirma, O inciso 2.7 – item 4 – também é restritivo. A exigência da apresentação de 19 atestados é desaprumada, a Comissão esclarece, que as exigências são para critério de pontos, conforme observa o Anexo II.

Esclarecemos ainda, que a pontuação está expressamente no edital, tornando público e notório para todos os participantes.

Inclusive as pontuações não se mostram desarrazoadas ou limitadoras da competitividade, visto que, todas as empresas que despertem interesse na participação não estão vedadas, devendo, caso queiram ser pontuadas, ou não, que apresentem as condições para cumprimento do Anexo II do Edital.

Abaixo transcrito julgados do Tribunal de Contas da União, no sentido de incluir nos editais, onde envolvem Técnica e Preço, critérios de notas, assim, vejamos:



**ABHA**  
**BACIA RIO ARAGUARI**

Associação Multissetorial de  
Usuários de Recursos Hídricos  
da Bacia Hidrográfica do  
Rio Araguari.

“Estude a viabilidade de incluir nos editais de licitação do tipo técnica e preço ou somente técnica, critérios para graduação das notas que permitam escalonamento de pontuação, de forma a tornar o menos subjetivo e o mais equânime possível o julgamento das propostas, em observância ao disposto no caput do art. 3º da lei 8.666/1993.” Acórdão 222/2005 Plenário

No mesmo sentido, citamos julgados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no sentido de ser aceito critério de pontuação, vejamos:

“Representação. Possibilidade de uso dos itens da habilitação também como critérios de valoração da proposta técnica. ‘Acrescento, (...) a esta análise, o texto do art. 46, § 1º, inciso I, da Lei de Licitações, que não obsta a forma de pontuação adotada. (...) não há, neste tipo de licitação, oposição legal a que os mesmos itens integrantes da habilitação sejam lançados em uma tabela classificatória [quanto à valoração da técnica], desde que estejam em consonância com o objeto licitado, o que se comprovou [no caso em exame] da análise técnica acostada aos autos”. (Representação n.º 712804. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 07/08/2007)

Por fim, esclarecemos que não há ilegalidade no Ato Convocatório, e que as empresa participantes devem observar e cumprir as normas contidas no Edital, e, legislação aplicável ao caso.

Araguari, 16 de outubro de 2013.

**ORIGINAL ASSINADO**

Mariane Rosa Moura  
Comissão de Licitação e Julgamento